

Copyright © 1969 by Charles Ralph Boxer
Este livro foi originalmente publicado em 1969, na Inglaterra.

Título original

The Portuguese seaborne empire 1415-1825

Capa

Ettore Bottini

Foto da capa

Astralábio português, 1555 (Museus e Galerias de Arte Dundee, Escócia)

Pesquisa iconográfica

Wladimir Araujo

Índice remissivo

Daniel A. de André

Preparação

Wladimir Araujo e Cláudia Cantarin

Revisão

Carmen S. da Costa
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boxer, Charles

O império marítimo português 1415-1825 / Charles Boxer ;
tradução Anna Olga de Barros Barreto. — São Paulo :
Companhia das Letras, 2002.

Título original: The Portuguese seaborne empire 1415-
1825.

Bibliografia.

ISBN 85-359-0292-9

1. Portugal — Colônias — História 2. Portugal —
Comércio exterior — História 3. Portugal — História 4.
Séculos 15-19 I. Título.

02-3312

CDD-946.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Império marítimo : Portugal : História 946.9

[2002]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Tel.: (11) 3167-0801

Fax: (11) 3167-0814

www.companhiadasletras.com.br

Agradecimentos*

Agradeço penhoradamente ao sr. Fred Hull e aos diretores da Biblioteca Newberry, de Chicago, por terem me autorizado a reproduzir a *Não* (ou “grande navio”) portuguesa do atlas atribuído a Sebastião Lopes (c. 1565) que faz parte da coleção Ayer, encontrada nessa biblioteca. Os secretários da Sociedade Hakluyt gentilmente me deram permissão para reproduzir o mapa, em esboço, da *Carreira da Índia* e para fazer citações de textos de *The travels of Peter Mundy, The tragic history of the sea, The travels and controversies of friar Domingo Navarrete, O.P.*, e de outras obras publicadas por essa editora. Da mesma forma, a Witwaterstand University Press também me permitiu incluir neste livro algumas passagens do meu *Four centuries of Portuguese expansion, 1415-1825: a succinct survey*, publicado pela primeira vez em Johannesburgo, em 1961, e reeditado em 1963, 1965 e 1968.

O bibliotecário e a equipe da Biblioteca Lilly, da Universidade de Indiana, generosamente me facilitaram um acesso sem restrições aos tesouros ali encontrados e me autorizaram a incluir neste livro citações da correspondência inédita dos missionários agostinianos espanhóis que estiveram no sul da

* Alguns destes agradecimentos referem-se a imagens presentes apenas na edição inglesa do livro. O caderno de ilustrações desta edição foi revisto e ampliado. (N. E.)

1. O ouro da Guiné e Preste João (1415-99)

As viagens de descobrimento dos portugueses no oceano Atlântico parecem ter começado por volta de 1419, quatro anos depois da conquista de Ceuta, tomada dos mouros. Por motivos de ordem prática, pode-se considerar que a primeira etapa da expansão ultramarina da Europa tenha se iniciado numa dessas datas. Pode-se considerar também que essa etapa tenha sido concluída com a volta de Vasco da Gama a Lisboa, em julho de 1499, seis anos depois de Cristóvão Colombo ter realizado a épica viagem de descoberta das Antilhas.

Os portugueses e os espanhóis tiveram precursores (mais ou menos isolados) na conquista dos oceanos Atlântico e Pacífico, mas os esforços desses aventureiros notáveis não alteraram o curso da história do mundo. Foram encontradas moedas cartaginesas do século IV a. C. nos Açores, bem como moedas romanas de datas posteriores na Venezuela, em circunstâncias que sugerem a possibilidade de terem sido levadas por barcos arrastados por tempestades na era clássica; porém, se assim foi, não há nada que nos garanta que esses barcos um dia regressaram à Europa com as notícias. Os vikings viajaram da Noruega e da Islândia para a América do Norte algumas vezes na baixa Idade Média, mas suas últimas colônias, abandonadas na Groenlândia, sucumbiram aos rigores do clima e aos ataques dos esquimós antes do final do século XV.

Algumas galeras italianas e catalãs, do Mediterrâneo, aventuraram-se com ousadia em viagens de descobrimento no Atlântico, nos séculos XIII e XIV. Contudo, embora seja provável que tivessem avistado algumas das ilhas dos Açores e da Madeira, e por certo redescoberto as Canárias (as ilhas Afortunadas dos geógrafos romanos), tais viagens não tiveram prosseguimento sistemático. Permaneceu apenas a vaga lembrança dos irmãos Vivaldi, genoveses que partiram em 1291 com a firme intenção de contornar o sul da África e alcançar a Índia por mar, mas desapareceram depois de passar o cabo Não, na costa marroquina. De igual modo, ainda que juncos chineses ou japoneses levados por tempestades ocasionais possam ter involuntariamente alcançado a América, e apesar de os “argonautas do Pacífico”, polinésios do Havaí, terem colonizado ilhas tão longínquas como a Nova Zelândia, tais feitos não alteraram o isolamento básico em que a América e a Austrália continuaram em relação aos outros continentes.

Nas terras eurasiáticas do mundo medieval, Marco Polo e outros viajantes — quase todos italianos — percorreram por terra desde as praias do mar Negro até às do mar da China durante os anos (c. 1240-1350) em que os câs mongóis impunham sua *Pax tartarica* por toda a Ásia Central, e mais além. Mas os relatos desses viajantes europeus sobre os prodígios e as maravilhas do Oriente ou não eram considerados verdadeiros por seus compatriotas ou eram fantasiosos e fragmentados demais para darem ao mundo ocidental uma idéia clara da Ásia. É significativo que a fabulosa “carta de Preste João” e as viagens fantásticas do (inexistente) sir John Mandeville tivessem alcançado muito mais popularidade junto ao público leitor europeu do que as narrativas mais concretas de Marco Polo e de frei Odorico de Pordenone — embora estas também contivessem muitos exageros e equívocos.

Alguns mapas catalães e maiorquinos do século XIV, como o que foi feito para Carlos V da França aproximadamente em 1375, demonstram um conhecimento surpreendentemente correto da região ocidental do Sudão e das rotas seguidas pelas caravanas de mercadores que saíam do Norte da África e atravessavam o Saara em direção “à terra dos negros, na Guiné”. Essas informações geográficas procediam de mercadores judeus que podiam viajar com relativa liberdade por terras muçulmanas. Não se baseavam em conhecimentos diretos originários de cristãos europeus, nem continham nenhuma informação sobre a costa ocidental africana ao sul do golfo da Guiné. *Grosso modo*, a

maior parte dos mapas medievais refletia tanto a crença ptolomaica de que o oceano Índico era um mar interior como a concepção também antiga de uma rota marítima aberta para o oceano Índico fazendo-se o contorno da África meridional (de traçado muito distorcido). Somente depois de os portugueses terem contornado a costa ocidental da África, dobrado o cabo da Boa Esperança, atravessado o oceano Índico e de terem se fixado nas ilhas das Especiarias da Indonésia e na costa do mar do sul da China; somente depois de os espanhóis terem atingido o mesmo objetivo através da Patagônia, do oceano Pacífico e das Filipinas — é que então, e só então, teve início a ligação marítima regular e duradoura entre os quatro grandes continentes.

Por que os ibéricos foram bem-sucedidos onde seus predecessores mediterrânicos haviam fracassado? Por que Portugal tomou a dianteira quando os homens do mar de Biscaia e seus navios eram tão bons quanto quaisquer outros da Europa? Quais foram os motivos que impulsionaram os dirigentes e os organizadores da expansão marítima portuguesa? Esses governantes estariam seguindo um plano consistente e cuidadosamente programado, ou estariam preparados para adaptar seus objetivos e métodos às circunstâncias variáveis? Teriam a inspiração e a orientação originais vindo em parte ou inteiramente do infante dom Henrique (aliás, príncipe Henrique, o Navegador) e/ou de outros membros da casa real de Avis? Ou a força propulsora viera da classe média mercantil cuja influência aumentara muito depois da crise revolucionária de 1383-5, durante a qual parcela bastante significativa da antiga nobreza havia sido morta, dispersa ou destruída por ter tomado o partido dos invasores caselhanos, derrotados definitivamente em Aljubarrota (em 14 de agosto de 1385)? Até que ponto esteve à disposição do infante dom Henrique, e de outros interessados, em Portugal, o conhecimento fragmentado sobre o norte da África (incluindo o Sudão ocidental), a Índia e o Extremo Oriente, que se refletiu nos mapas-múndi e nos manuscritos da literatura de viagens da autoria de cartógrafos e mercadores árabes, judeus, catalães e italianos? E como os portugueses utilizaram (se é que utilizaram) essas informações?

Os historiadores estão longe de chegar a um acordo quanto às respostas a essas perguntas, mas os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como a “Era dos Descobrimentos” sem dúvida surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções. Até os motivos primordialmente inspi-

rados por Mamona* muitas vezes apareciam entrelaçados a coisas que pertenciam a César e a Deus — como mostra o caso do comerciante medieval italiano de Prato, que encabeçava todas as páginas de seus livros comerciais com a invocação: “Em nome de Deus e do Lucro”. Correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes) foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais.

Um fator importante foi o fato de Portugal ter sido um reino unido durante todo o século xv, praticamente livre de guerras civis, exceto pelo trágico episódio de Alfarrobeira, em 1449, durante o qual o ex-regente dom Pedro foi vitimado pelas intrigas e ambições da casa ducal de Bragança. Não é preciso lembrar ao leitor que, durante a quase-totalidade desse século, os outros países da Europa Ocidental estiveram envolvidos em guerras civis ou com o exterior — a Guerra dos Cem Anos, a Guerra das Duas Rosas etc. — ou preocupados com a ameaça do avanço turco nos Bálcãs e no Levante. Castela e Aragão, mais especialmente, experimentaram um “tempo de perturbações”, à beira de uma anarquia devastadora antes do reinado de Fernando e Isabel. Esses distúrbios internos contribuíram muito para impedir que os espanhóis competissem tão eficazmente com Portugal como, do contrário, poderiam ter competido (embora, por fim, os tenham expulsado das Canárias).

A tomada de Ceuta pelos portugueses, em agosto de 1415, e, ainda mais importante, o fato de a terem conservado, foram provavelmente inspirados pelo ardor de cruzados que visavam desferir um golpe nos infiéis, e pelo desejo dos príncipes de Portugal, semi-ingleses,** de serem teatralmente armados cavaleiros no campo de batalha. Como é admissível, essa explicação tradicional proposta pelos cronistas não satisfaz alguns historiadores modernos.

* Palavra de origem aramaica, em geral usada com sentido pejorativo. Refere-se à divindade das riquezas e bens materiais entre sírios antigos e fenícios. Entrou para o vocabulário ocidental por ter sido mencionada em duas ocasiões nos Evangelhos. Neste livro é citada várias vezes. (N. T.)

** Assim considerados porque a mãe, a rainha Filipa, casada com dom João I, era inglesa, filha do duque de Lancaster. Entre os filhos do casal, estava o infante dom Henrique, o Navegador. (N. T.)

Estes argumentam que motivos econômicos e estratégicos devem ter desempenhado um papel muito mais importante, pois Ceuta era (aparentemente) um centro comercial florescente, uma base naval muçulmana e cabeça-de-ponte para uma possível invasão através do estreito de Gibraltar. Sugeriu-se mais tarde que a (alegada) fertilidade da região interiorana produtora de trigo constituiria atração adicional para os portugueses, cujo país era, até então, deficitário na produção de cereais. Essa sugestão é contrariada por uma descrição muçulmana de Ceuta, escrita pouco antes de sua captura, que afirma explicitamente que a cidade tinha de importar trigo de outros lugares. Tinha-o, mas armazenado em grandes celeiros. Ceuta era também um dos portos terminais do comércio transaariano do ouro, sendo, no entanto, bastante incerto afirmar (como muitas outras coisas a respeito das origens da expedição) até que ponto os portugueses sabiam desse fato antes de terem tomado a cidade.

De todo modo, a ocupação de Ceuta por certo possibilitou aos portugueses a obtenção de algumas informações sobre as terras dos negros do alto Níger e do rio Senegal, de onde vinha o ouro, caso já não o soubessem de outras fontes, como o “mapa catalão” de 1375 e os relatos dos mercadores judeus. Em algum momento, começaram a perceber que talvez pudessem estabelecer contato com essas terras pelo mar, e, assim, desviar o comércio do ouro das caravanas de camelos do Sudão ocidental e dos intermediários muçulmanos da Berberia.* Os portugueses estavam muito empenhados nisso, uma vez que havia grande procura de ouro nos últimos dois séculos e meio da Idade Média na Europa Ocidental. Durante esse período, a cunhagem do ouro foi adotada sucessivamente por todas as cidades, regiões e países, sobretudo pela influência da cunhagem do florim de ouro florentino, em 1252, e do ducado de ouro veneziano, em 1280, aproximadamente. Portugal não tinha nenhuma moeda de ouro nacional desde 1383, e era um dos poucos reinos europeus nessa situação.

O impulso de Cruzada — que, no que diz respeito aos portugueses, dirigia-se apenas contra os muçulmanos do Marrocos — e a busca do ouro da Guiné foram rapidamente reforçados pela procura do Preste João. Este era um potentado mítico, em sua origem vagamente imaginado pelos europeus como soberano de um poderoso reino “nas Índias” — termo elástico e ambi-

* Nome dado antigamente às regiões norte-africanas habitadas pelos berberes. (N. T.)

guo que muitas vezes englobava a Etiópia e a África Oriental, bem como o que se conhecia como Ásia. Mais especificamente, a Índia Próxima ou Menor significava, aproximadamente, a região Norte do subcontinente; a Índia Distante ou Maior referia-se à região Sul, entre as costas de Malabar e Coromandel, e a Índia do Meio, a Etiópia ou Abissínia. Entretanto, no início do século xv, poucos possuíam uma definição nítida "das Índias"; e os termos "Índia" e "as Índias" não raro eram aplicados vagamente a quaisquer regiões desconhecidas e misteriosas a leste e a sudeste do Mediterrâneo.

Fatores como a passagem do tempo, os relatos românticos dos viajantes e a circulação de uma carta forjada embelezada mas amplamente divulgada, atribuída a Preste João, combinaram-se para, junto com a credulidade e as posições esperançosas dos europeus ocidentais, elaborar a tardia crença medieval de que esse monarca era um poderoso (embora provavelmente cismático) rei-sacerdote cristão. Acreditava-se que seu reino se situava nos limites dos domínios islâmicos que ocupavam uma vasta faixa de território desde o Marrocos até o mar Negro. A crença original era de que esse reino se situava em algum lugar da Ásia Central, mas, com o decorrer do tempo, sua localização foi gradualmente deslocada para a Etiópia (Abissínia).

De 1402 em diante, alguns monges e emissários etíopes chegaram à Europa (via Jerusalém), vindos desse antigo e isolado reino cristão copta, situadas montanhas entre o Nilo e o mar Vermelho. Ao menos um desses emissários conseguiu chegar a Lisboa em 1452, mas a evolução dos acontecimentos prova que os portugueses, como outros europeus, só conseguiram obter uma vaga idéia de como era e onde era esse país. As versões mais extravagantes da lenda de Preste João, como, por exemplo, a afirmação de que comiam à sua mesa, feita de esmeraldas, mais de 30 mil pessoas, entre as quais doze arcebispos que se sentavam à sua direita e vinte bispos, à esquerda, parecem não ter circulado tanto em Portugal como em outros países europeus. Porém em Portugal, como em outros lugares, acreditava-se, com efeito, que esse misterioso rei-sacerdote, quando definitivamente localizado, seria um aliado inestimável contra os muçulmanos, fossem eles turcos, egípcios, árabes ou mouros. Quanto aos portugueses, esperavam encontrar Preste João numa região africana, onde ele poderia ajudá-los a lutar contra os mouros.

A motivação variada que impulsiona as descobertas portuguesas está claramente expressa nas bulas papais promulgadas durante a vida do infante

Bulas

dom Henrique e no tempo de seus sucessores imediatos. Provou-se que o que está escrito nesses documentos segue de perto o conteúdo das solicitações preliminares de promulgação feitas pela Coroa portuguesa. Por conseguinte, as bulas refletem a atitude e as aspirações do rei, ou dos que fizeram a petição ao papado em nome dele. As três mais importantes foram a *Dum diversas*, de 18 de junho de 1452; a *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1544, e a *Inter caetera*, de 13 de março de 1456. Na primeira, o papa autoriza o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo; a capturar os bens e os territórios a eles pertencentes; a reduzi-los à escravidão perpétua e a transferir suas terras e propriedades para o rei de Portugal e seus sucessores. Alguns autores modernos afirmam que a aplicação dessa bula se destinava apenas às campanhas portuguesas no Marrocos, onde a luta não arrefecera desde a conquista de Ceuta, no entanto as palavras da bula não afirmam nem pressupõem tal limitação. Ademais, em 1452, os portugueses tinham total conhecimento de que a população do Marrocos era exclusivamente muçulmana. A referência a pagãos e a outros inimigos de Cristo por certo deve dizer respeito à população do litoral saariano e aos negros da Senegâmbia, com quem os portugueses já haviam entrado em contato.

A segunda bula, *Romanus Pontifex*, um texto mais específico, foi muito justamente denominada a carta do imperialismo português. A bula se inicia com um resumo da obra de descoberta, conquista e colonização empreendida pelo infante dom Henrique desde 1419. Seu zelo apostólico de verdadeiro soldado de Cristo e defensor da fé é louvado em termos eloqüentes. Exaltam-no pelo seu desejo de tornar conhecido e adorado o nome glorioso de Cristo mesmo nas regiões mais remotas e até então desconhecidas, e de obrigar os sarracenos e outros infiéis a entrar no rebanho da Igreja. Mais adiante, relembra a colonização das ilhas desabitadas da Madeira e dos Açores, bem como os esforços de Henrique para conquistar e evangelizar as Canárias. E lhe atribui especificamente a intenção de circunavegar a África, e, assim, estabelecer contato por mar com os habitantes das Índias, "que, segundo se diz, honram o nome de Cristo", e, numa aliança com eles, prosseguir na luta contra os sarracenos e outros inimigos da fé. O príncipe é autorizado a submeter e converter os pagãos (mesmo os que não estivessem manchados pela influência muçulmana) que pudessem ser encontrados nas regiões entre o Marrocos e as Índias.

Nos últimos vinte anos, prossegue a bula, o príncipe Henrique não dei-

xou de mandar suas caravelas em direção ao sul para explorar a costa ocidental da África. Os barcos chegaram a Guiné e descobriram a foz de um grande rio que parecia ser o Nilo [na realidade, o Senegal]. Mediante o comércio e a luta, os portugueses aprisionaram grande número de escravos negros e os levaram para Portugal, onde muitos foram batizados e abraçaram a fé católica, o que torna possível esperar que populações nativas inteiras, ou pelo menos significativa parcela delas, possam livremente se converter num futuro próximo. Desse modo, a Coroa portuguesa tornou-se proprietária de um império marítimo extenso e está ansiosa para manter o monopólio da navegação, do comércio e da pesca nessas regiões, a menos que outros apareçam para colher o que os portugueses semearam, ou tentem impedi-los de chegar ao ponto culminante de sua obra. Uma vez que essa obra promove os interesses de Deus e da cristandade, o papa Nicolau v decreta e declara, *motu proprio*, que tal monopólio realmente diz respeito não só a Ceuta e às regiões já conquistadas pelos portugueses, como também a quaisquer outras descobertas que possam ocorrer no futuro, ao sul dos cabos Bojador e Não, e até as Índias. A legitimidade de quaisquer medidas tomadas pela Coroa portuguesa para salvaguardar o monopólio é explicitamente reconhecida pelo papa.

Mais tarde, os portugueses recebem a permissão papal para comerciar com os sarracenos, nos lugares onde julgarem oportuno fazê-lo, desde que não vendam armas ou material de guerra aos inimigos da fé. O rei [Afonso v], o infante dom Henrique e seus sucessores são autorizados a construir igrejas, mosteiros e *piá loca*, e a mandar padres para administrar os sacramentos nessas regiões, embora não haja nenhuma referência explícita ao envio de missionários para pregar o evangelho aos infiéis. Por fim, todas as demais nações estão estritamente proibidas de infringir o monopólio português das descobertas, conquista e comércio, ou de nele interferir de qualquer modo. A importância desta última cláusula foi acentuada pela proclamação solene dessa bula na catedral de Lisboa, em 5 de outubro de 1455, na versão latina original e na tradução portuguesa, diante de uma assistência onde se encontravam representantes das comunidades estrangeiras na capital portuguesa — franceses, ingleses, castelhanos, galegos e bascos —, especialmente convidados para a ocasião.

Na bula *Inter caetera*, de 13 de março de 1456, o papa Calisto III confirmava os termos da *Romanus Pontifex*, e a pedido do rei Afonso v e de seu tio, o infante dom Henrique, concedia à Ordem de Cristo, da qual o último era

administrador e mestre, jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos portugueses no presente ou no futuro, “dos cabos Bojador e Não, por via da Guiné e mais além, para o Sul, até às Índias”. A bula declarava que o grão-mestre dessa ordem (fundada em 1319, após a extinção dos templários) teria plenos poderes para nomear os titulares de todos os benefícios, quer os do clero secular, quer os do regular, impor censura e outras penas eclesiásticas, bem como exercer os poderes de bispo nos limites da sua jurisdição. Todas essas regiões foram declaradas *nullius in diocesi*, ou seja, não pertencentes a nenhuma diocese. Mais uma vez, porém, não se tomou nenhuma providência com vistas a enviar missionários com poderes eclesiásticos.

Analisei mais detidamente essas bulas porque elas refletem de maneira clara o espírito da “Era dos Descobrimentos” e estabelecem as diretrizes para o comportamento (ou mau comportamento) europeu posterior no mundo tropical. Há uma passagem do Corão em que se afirma: “A mulher é terra que pertence; lavra-a como quiseres”. O efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses — e, no devido tempo, aos outros europeus que os acompanharam — sanção religiosa a uma atitude igualmente dominante com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade. O cronista da Corte Gomes Eanes de Zurara, contemporâneo desses fatos, ao escrever, em 1540, sobre as dúvidas manifestadas por algumas pessoas quanto à justificação das guerras de agressão contra os muçulmanos, rejeitava-as, considerando-as “pouco mais do que heresias”. O rei dom Duarte (1433-8) assumiu uma atitude muito parecida no seu tratado de moral *O leal conselheiro*, e o mesmo fizeram os teólogos consultados por dom João I antes da expedição a Ceuta. Jean Huigen van Linschoten, holandês que viveu seis anos em Goa, no último quartel do século XVI, criticou vivamente o “torpe orgulho e prefunção” dos portugueses na Índia, “porque em todos os lugares querem ser donos e senhores, desprezando e aviltando seus habitantes”. O que não se pode esperar que Linschoten soubesse quando escreveu essas palavras, em 1596, era que holandeses e ingleses, sucessores dos portugueses na Ásia das monções, iriam se comportar, de modo geral, tal como os portugueses. As bulas refletem também a iniciativa tomada pela Coroa portuguesa, pelo infante dom Henrique e outros príncipes da Casa de Avis, de dirigir e organizar o trabalho de investigação, conquista, colonização e exploração. Quanto ao termo “as Índias”, é provável que se referisse aos reinos de Preste João, na África Oriental, mas poderia incluir igualmente partes da Ásia e da Índia.

Há boas razões para acreditar que motivos de ordem apostólica e religiosa, bem como uma curiosidade inteligente (mas dificilmente "científica"), alimentaram a persistência do infante dom Henrique de enviar seus navios e caravelas para o sul do cabo Não. Motivos econômicos também desempenharam seu papel, apesar de não terem sido muito importantes nas etapas iniciais. Ainda assim, essas viagens eram extremamente caras, ou ao menos era o que declarava o infante dom Henrique em 1457. Além disso, o príncipe sustentava uma grande corte na qual havia muitos cavaleiros e escudeiros, e era anfitrião generoso para os inúmeros visitantes estrangeiros. Seus rendimentos, provenientes de diversas fontes, tais como as terras da Ordem de Cristo e os monopólios do sabão e da pesca, nunca foram suficientes para cobrir as despesas, e ele morreu extremamente endividado. É muito provável que Diogo Gomes, um de seus capitães, tivesse razão quando disse a Martin Behaim, de Nurenberg, que o príncipe Henrique, quando da conquista de Ceuta, obteve informações de prisioneiros mouros e outros que o levaram a tentar chegar por via marítima às terras produtoras de ouro situadas ao sul do Saara "para comerciar com eles e sustentar os nobres de sua corte". Tal afirmação é implicitamente confirmada pelo cronista João de Barros em sua *Década I* (escrita em 1539). O ouro em pó foi, primeiramente, obtido por meio de troca com os nativos (nesse caso, tuaregues) em 1442, e não sabemos qual a quantidade de ouro que foi levada da África Ocidental para Portugal nos restantes dezoito anos da vida do infante. Entretanto, deve ter sido uma quantidade substancial, sobretudo nos últimos anos, porque a Casa da Moeda de Lisboa retomou, em 1457, a emissão de moedas de ouro, quando da cunhagem do cruzado (*cruzado* é bem significativo), quase com a pureza primitiva, que não sofreu nenhuma desvalorização até 1536.

Depois de 1442, o desenvolvimento do comércio de escravos também ajudou a financiar os custos das viagens portuguesas ao longo da costa ocidental da África. Os escravos provinham originariamente de ataques, primeiro aos acampamentos tuaregues do litoral saariano e depois às aldeias negras da região do Senegal. Muitas vezes dirigidos contra grupos de famílias desarmadas ou aldeias indefesas, esses ataques eram descritos pelo cronista Gomes Eanes de Zurara como se fossem proezas de uma intrepidez cavaliheiresca, comparáveis a quaisquer feitos realizados nos campos de batalha europeus — e eram de fato assim considerados pela grande maioria dos contemporâneos.

Numa ocasião, os portugueses permitiram ataques contra os guanches berberes das Canárias para obter escravos, e foram acusados pelo papado de, às vezes, escravizar os que já haviam se convertido ao cristianismo. Mas depois de alguns anos de contato com as populações negras da Senegâmbia e da alta Guiné, os portugueses compreenderam que podiam obter escravos de maneira mais fácil e mais conveniente por meio de trocas pacíficas com os chefes e mercadores locais. Nunca faltaram, naquele tempo e mais tarde, africanos dispostos a vender seus semelhantes a traficantes europeus, quer fossem criminosos condenados, prisioneiros de guerra ou vítimas de feitiçarias.

Durante alguns anos, os portugueses limitaram-se a conduzir os ataques ou a realizar um comércio pacífico de escravos a partir dos barcos que navegavam pela costa, rumo ao sul, ancorando em angras ou em estuários favoráveis. Essa utilização do navio como base flutuante manteve-se sempre em voga, mas foi complementada pelo estabelecimento de feitorias ou postos comerciais em terra. A primeira dessas feitorias foi estabelecida em Arguim (ao sul do cabo Branco) por volta de 1445, numa tentativa de controlar o comércio transaariano do Sudão ocidental. Dez anos mais tarde, ali se construiu uma fortaleza, onde os portugueses trocavam cavalos, tecidos, objetos de latão e trigo por ouro em pó, escravos e marfim. Arguim tornou-se, portanto, o protótipo da cadeia de feitorias fortificadas que os portugueses construíram ao longo da costa africana e asiática, até as Molucas. Com a chegada de ouro, escravos e marfim em quantidades consideráveis a Portugal, as expedições à África Ocidental, organizadas por dom Henrique, começaram a ser lucrativas, se não para ele mesmo, ao menos para alguns participantes dessas viagens. Os comerciantes e os armadores de Lisboa e do Porto, que haviam demonstrado pouco interesse pelas viagens às costas áridas do Saara, mostravam-se ansiosos para participar das expedições à Senegâmbia e às regiões mais ao sul. Alguns mercadores e nobres importantes, bem como membros da corte do infante dom Henrique, puderam fazê-lo mediante uma licença concedida por ele ou pela Coroa.

A esta altura, talvez seja útil lembrar, muito resumidamente, o significado da obra de descoberta empreendida durante a vida do infante dom Henrique. Quando essas viagens se iniciaram, por volta de 1419, o que era considerado o limite mais ao sul do oceano Atlântico e da costa da África Ocidental situava-se na região do cabo Bojador, exatamente abaixo dos 27° de latitude Norte, naquilo que é hoje o território saariano espanhol do Rio do Ouro. Esse

cabo projeta-se quarenta quilômetros do continente para o oeste. A violência das vagas e correntes na face norte do cabo, os baixios existentes ao seu redor, a frequência do nevoeiro e da neblina ao largo, a dificuldade de voltar para o norte por causa dos ventos predominantes, tudo parecia confirmar as histórias sobre o "verde mar Tenebroso", como os geógrafos árabes o chamavam, do qual, de acordo com a crença popular, não havia possibilidade de retorno. Doze ou quinze tentativas infrutíferas foram feitas (segundo se diz) no decorrer de outros tantos anos, antes que um dos navios do príncipe Henrique por fim contornasse o cabo em 1434, quebrando, assim, não só a barreira física mas a ainda mais proibitiva barreira psicológica que até então impedira qualquer viagem ao longo da costa da África Ocidental rumo ao sul. Essa foi, talvez, a maior realização do infante dom Henrique, e só foi executada devido à determinação paciente e à disposição de gastar enormes quantias de dinheiro em viagens de que não se poderia esperar compensação imediata.

Uma vez dobrado o temido cabo, o progresso do empreendimento foi relativamente rápido, embora interrompido de tempos em tempos pelo entusiasmo de dom Henrique pelas expedições militares no Marrocos. Essas expedições distraíam sua atenção, seus homens e seus navios, com resultados desastrosos, ao menos numa ocasião. Uma expedição contra Tânger, por ele comandada em 1437, foi cercada pelos mouros, tendo recebido autorização para se retirar para os navios somente depois que o irmão mais moço de dom Henrique, o infante dom Fernando, foi feito refém dos mouros em troca da prometida rendição de Ceuta. Devido a razões de Estado, essa promessa nunca foi cumprida, e dom Fernando, o Infante Santo, conforme o batizaram posteriormente, acabou morrendo numa masmorra em Fez, apesar dos apelos lastimosos aos irmãos para que o trocassem por Ceuta, como combinado. O príncipe dom Henrique também se esforçou tenazmente, embora sem sucesso, para contestar a posição dos castelhanos nas ilhas Canárias. Entretanto, apesar das grandes dispersões, seus navios haviam descido até Serra Leoa por ocasião de sua morte, em 1460.

Um acontecimento bastante importante, paralelo a esse avanço de cerca de 1500 milhas ao longo da costa da África Ocidental, rumo ao sul, foi a descoberta (ou a redescoberta) simultânea da Madeira (1419) e dos Açores (c. 1439), seguida, no devido tempo, pela descoberta e colonização de Cabo Verde (1456-60). Infelizmente, não temos informações seguras sobre os motivos que ins-

↳ Mar não impedia lusos a descoberta

Portugueses e a experiência marítima

piraram essas viagens em direção ao Ocidente, mas sem dúvida foram realizadas principalmente sob os auspícios do infante dom Henrique, embora às vezes com a cooperação de algum dos seus irmãos ou de membros destacados da nobreza. A fixação nessas ilhas desabitadas iniciou os portugueses na prática da colonização ultramarina, e os colonos foram literalmente pioneiros em um mundo novo. E eles estavam naturalmente conscientes disso, como demonstra o fato de o primeiro menino e a primeira menina nascidos na Madeira terem sido apropriadamente batizados de Adão e Eva. É provável que os primeiros colonos proviessem do Algarve, pois era dos portos de lá, mais do que de outros, que as caravelas de dom Henrique partiam. Contudo esses colonos logo receberam o reforço de emigrantes oriundos de todas as regiões de Portugal e de lugares tão distantes quanto Flandres — durante muitos anos, os Açores tiveram o nome alternativo de ilhas Flamengas. Na época da morte de dom Henrique, a Madeira produzia quantidades substanciais de açúcar, e os Açores, de cereais.

Embora não saibamos quase nada sobre como se processaram essas primeiras viagens de descobrimento, além dos nomes de alguns dos chefes que delas participaram, e que incluíam tanto flamengos e italianos como portugueses, é claro que a experiência adquirida possibilitou aos portugueses conhecer o sistema de ventos do Atlântico norte e, no devido tempo, os do Atlântico sul. A experiência obtida nessas viagens também lhes possibilitou o desenvolvimento (embora não saibamos exatamente quando) de um novo tipo de navio, a caravela de velas latinas, que navegava contra o vento melhor do que qualquer outro tipo de barco europeu. Por sua vez, a utilização da caravela facilitou as viagens de descoberta, e foi navegando nas caravelas portuguesas que Colombo adquiriu ao menos parte da sua perícia na navegação de alto-mar. A experiência adquirida pelos portugueses no Atlântico contribuiu ainda para que lançassem as bases da moderna ciência náutica europeia. Ao final do século xv, os melhores navegadores portugueses sabiam calcular de forma bastante precisa a sua posição no mar pela combinação da latitude observada com o cálculo, e possuíam excelentes guias práticos de navegação (rotas; daí o inglês *rutters*) para a costa ocidental africana. Seus principais instrumentos eram a bússola (provavelmente originária da China e conhecida por intermédio dos marinheiros árabes e mediterrâneos), o astrolábio e o quadrante em suas formas mais simples. Também possuíam algumas cartas

náuticas razoavelmente adequadas, que, em parte, se baseavam em latitudes calculadas por observações efetuadas tanto em terra como no mar. O chamado planisfério de Cantino, de 1502, copiado por (ou para) um espião italiano de um original português que se perdeu, mostra um contorno extraordinariamente exato da costa africana, especialmente da costa da África Ocidental, ao norte do rio Congo. Mas muitos desses navegadores de alto-mar continuavam a confiar sobretudo no conhecimento que tinham dos sinais da natureza, tais como a cor e a corrente da água, as espécies de peixes e de aves marinhas observadas em diferentes latitudes e localidades, as variedades de algas encontradas, e assim por diante.

Embora não se saiba ao certo até que ponto a busca do ouro tenha constituído um dos motivos que originaram as viagens de descobrimento ao longo da costa ocidental da África, em direção ao sul, a atração do metal dourado sem dúvida desempenhou importante papel no prosseguimento dessas viagens a partir de 1442. Os portugueses nunca conseguiram descobrir a engenhosa fonte do ouro do Ocidente africano e do Sudão que, como sabemos hoje, era extraído principalmente da região de Bambuque, no alto Senegal, de Mali, no alto Níger, e de Lobi, nas cabeceiras do rio Volta. Esse ouro, quase todo sob a forma de pó, no começo era transportado por carregadores através dos reinos de Mali e de Gana (sem nenhuma relação com a república atual do mesmo nome) até Tombuctu, onde era comercializado com mercadores árabes e mouros, que o transportavam em caravanas de camelos pelo Saara até os Estados islâmicos do Norte da África, cujos portos eram freqüentados por comerciantes judeus, genoveses e venezianos, e outros. Na segunda metade do século xv, por meio de sua feitoria fortificada de Arguim e de outras não fortificadas localizadas na região costeira da Senegâmbia, os portugueses conseguiram desviar uma fração considerável desse comércio transaariano para seus próprios barcos e postos comerciais na costa. Esse desvio de mercadorias intensificou-se quando dom João II ordenou a construção do forte de São Jorge da Mina (Elmina) na Costa do Ouro, em 1482. São Jorge da Mina, cujo comércio ultrapassou rapidamente o de Arguim, dominou não só o comércio do ouro do Sudão ocidental como o dos aluviões dos rios da própria Costa do Ouro. A esse forte acrescentou-se outro, menor, erigido cerca de vinte anos mais tarde, em Axim.

Nessa época os portugueses empreendiam esforços, ininterruptos e siste-

máticos, para desviar o comércio do ouro para a costa, e seus emissários já tinham, ainda que transitoriamente, penetrado no interior até Tombuctu. Os portugueses nunca conseguiram estabelecer nenhuma de suas feitorias no interior, e viram-se obrigados a confiar a intermediários negros o fornecimento do ouro que eles próprios não conseguiam extrair. Mas a luta das caravelas portuguesas contra as caravanas mouras de camelos do Saara resultou na predominância das primeiras no comércio do ouro por um período de cerca de cem anos — de 1450 a 1550. Durante o reinado de dom Manuel I (1496-1521), importou-se, só de São Jorge da Mina, uma quantia média anual de 170 mil dobras de ouro e, em alguns anos, soma até muito maior. Ainda que os principais produtos procurados pelos portugueses na Senegâmbia e na Guiné continuassem a ser escravos e ouro, outros produtos da África Ocidental, como a pimenta chamada malagueta ou “grãos do paraíso”, macacos e pagaios, também encontravam mercado lucrativo em Portugal.

Até sua morte, em 1460, o infante dom Henrique foi o concessionário de todo o comércio ao longo da costa ocidental africana, porém isso não significa que ele próprio se encarregasse de todos os negócios. Ao contrário, ele podia (e muitas vezes assim procedeu) autorizar comerciantes privados e aventureiros a fazer viagens, contanto que lhe pagassem um quinto dos lucros, ou outra porcentagem combinada. Não se conhecem bem as condições em que o comércio se desenvolveu na década seguinte à morte do infante. No final de 1492, o direito de comerciar foi concedido a um rico mercador de Lisboa, Fernão Gomes, mediante um contrato de base monopolista, no qual a Coroa se reservava o direito de monopolizar algumas mercadorias de valor. Gomes obteve lucros consideráveis devido a esse contrato, e descobriu mais 3200 quilômetros de costa africana para a Coroa. Quando o contrato expirou, em 1475, o rei Afonso v confiou a direção do comércio a seu filho e herdeiro, o infante dom João, e essa atividade tornou-se — e permaneceu — monopólio diretamente administrado pela Coroa após a subida de dom João ao trono, em 1481.

Dom João II, o Príncipe Perfeito, foi um imperialista entusiasmado e de vistas largas, que nutria verdadeira paixão pela África e seus produtos, fossem de natureza humana, animal, vegetal ou mineral. Com perspicácia, interessou-se pessoalmente pela direção do comércio, reservando para a Coroa o monopólio da importação de ouro, escravos, especiarias e marfim, e da exportação de cavalos, tapetes, produtos têxteis ingleses e irlandeses, cobre,

chumbo, utensílios de latão, contas de colar e pulseiras. Os comerciantes privados, desde que pagassem uma licença, tinham autorização para importar artigos menos valiosos, como papagaios, algodão, rafia etc. Posteriormente, a Coroa cedeu os direitos da importação de escravos e marfim a certos indivíduos especialmente favorecidos, mas sempre manteve o monopólio rigoroso do ouro. É claro que, na realidade, esse monopólio não era tão rígido e efetivo como parecia ser no papel. Era impossível impedir as tripulações dos navios de comercializar por conta própria, isso para não falar dos próprios funcionários e agentes reais e dos habitantes das ilhas de Cabo Verde. Esse comércio com a África Ocidental tinha sido conduzido por barcos equipados sobretudo em Lagos e em outros portos do Algarve, entretanto, já no fim do século xv concentrava-se em Lisboa, onde era escoado pela Casa da Mina. Esse estabelecimento era escritório e armazém da Coroa, no rés-do-chão do palácio real, junto do estuário do rio Tejo, de onde o rei podia vigiar pessoalmente o carregamento e o descarregamento dos navios.

As mercadorias com as quais os portugueses adquiriam os escravos e o ouro africanos eram em grande parte de origem estrangeira. O trigo em geral vinha do Marrocos, das ilhas atlânticas e do Norte da Europa. Tecidos e fibras têxteis eram importados da Inglaterra, da Irlanda, da França e de Flandres, embora também se utilizassem alguns tecidos manufaturados em Portugal. Utensílios de latão e contas de vidro eram importados da Alemanha, de Flandres e da Itália, e conchas de ostras, das Canárias. Muito do que era importado da África Ocidental era reexportado por Portugal. Grande quantidade de malagueta ia para Flandres, e outro tanto de escravos ia para a Itália antes que o descobrimento e a exploração da América desviassem quase todo o tráfico de escravos para a outra margem do Atlântico. Talvez a maior consequência tenha sido a cunhagem em cruzados de grande quantidade do ouro trazido da Guiné para Lisboa e sua reexportação para pagar os cereais e os produtos manufaturados de que Portugal precisava. Assim, o ouro português vindo da África Ocidental ajudou, por assim dizer, a colocar Portugal no mapa da circulação monetária europeia. Durante séculos, certos tipos de moedas de ouro que circulavam na Europa Setentrional foram chamados de "portugaleses", apesar de cunhados em lugares como Zwolle e Hamburgo.

É mais difícil avaliar o efeito que esse comércio teve na África Ocidental. Cerca de 150 mil escravos negros foram provavelmente capturados pelos por-

escravos, cultura do Brasil

tugueses no período de 1450 a 1500, e como eram frequentemente obtidos nas guerras intertribais travadas no interior, o aumento do tráfico escravista presumivelmente acentuou o estado de violência e insegurança — ou, pelo menos, não contribuiu para atenuá-lo. Os chefes e dirigentes africanos eram os que mais se beneficiavam do comércio com os portugueses, e, como já mencionamos, eram quase sempre sócios condescendentes do comércio escravista. Na alta Guiné, que corresponde mais ou menos à região compreendida entre o rio Senegal e o cabo das Palmas, comerciantes portugueses e degredados subiam muitos rios e riachos, avançando interior adentro. Acabavam se fixando nas aldeias negras, onde, com seus descendentes mulatos, atuavam como chefes ou intermediários nas trocas comerciais de ouro, marfim e escravos entre brancos e negros. Aqueles que assimilavam completamente os costumes nativos, desfazendo-se das roupas, tatuando-se, falando os dialetos locais, e até participando de ritos e celebrações fetichistas, eram chamados *tangos-maos* ou *lançados*.

As objeções dos reis de Portugal voltavam-se menos para essa miscigenação do que para o fato de os *lançados* não pagarem as taxas impostas pela Coroa sobre todo o comércio ultramarino. Por esse motivo, decretou-se, em 1518, a pena de morte contra eles, mas, embora essa lei tenha permanecido muitos anos no livro de estatutos, foi raramente aplicada, se é que foi alguma, visto que a Coroa portuguesa não exercia jurisdição efetiva na África Ocidental fora das muralhas de suas feitorias, ou da vizinhança dos fortes da Mina e de Axim. Por intermédio desses *lançados* e *tangos-maos*, o português tornou-se, e durante séculos assim permaneceu, a língua franca da região costeira da alta Guiné. As relações que os portugueses mantinham com os diversos povos dessa parte da África Ocidental variavam, naturalmente, de tribo para tribo e de uma área para a outra. Mas havia poucos conflitos armados, e os contatos eram, em geral, amistosos, uma vez que o tráfico de escravos envolvia a participação ativa dos chefes africanos e a cooperação dos *lançados* como intermediários.

Na Costa do Ouro da baixa Guiné, os portugueses confiavam não só nos contatos pacíficos mas também nas demonstrações de poder e força, como provam, por exemplo, os fortes da Mina (1482) e de Axim (1503). Ambos foram construídos com o duplo objetivo de defender o comércio do ouro dos intrusos, espanhóis e outros europeus, e de intimidar as tribos negras da cos-

ta, por intermédio das quais o ouro era adquirido. Esse objetivo não escapou à intuição do chefe negro local quando Diogo de Azambuja desembarcou, com uma comitiva ricamente vestida e bem armada, para colocar a pedra fundamental do forte da Mina, em janeiro de 1482. Esse chefe observou que os únicos portugueses que ele encontrara até então eram os que chegavam todos os anos, nas caravelas, para trocar mercadorias por ouro. Esses marinheiros, segundo ele, "eram homens andrajosos e malvestidos, que ficavam satisfeitos com qualquer coisa recebida em troca das mercadorias que traziam. Era a única razão de sua vinda àquelas regiões, e seu maior desejo era negociar rapidamente e voltar para casa, porque preferiam viver no próprio país a viver em terras estrangeiras". Acrescentou que portugueses e negros se davam melhor porque se encontravam a intervalos regulares, em vez de viverem como vizinhos próximos; portanto, era melhor que o comércio continuasse a ser efetuado por navios visitantes, como fora até então. Azambuja, que recebera ordens de dom João II para construir o forte com ou sem o consentimento do chefe, persistiu no seu pedido e acabou extorquindo a aceitação relutante do africano. Mas os chefes das tribos da costa, se não tinham força suficiente para evitar que os europeus construíssem fortes no litoral, possuíam-na para impedir-lhes de penetrar no interior em busca do ouro cobiçado. Os portugueses, como seus sucessores holandeses e ingleses, tiveram que ficar em seus fortes, trocando tigelas de latão, pulseiras, contas, tecidos e outras mercadorias por ouro, marfim e escravos trazidos do interior por mercadores africanos itinerantes. Não havia nem *lançados* nem *tangos-maos* na Costa do Ouro. Benim era o estado costeiro mais importante da baixa Guiné no século xv. Os portugueses que visitavam a cidade de Benim comentavam com admiração seu tamanho, o esmero das ruas e das casas, e a respeito do enorme palácio real, com suas magníficas figuras e placas de bronze.

Com os recursos provenientes do florescente comércio de ouro e de escravos negociados com a Guiné, dom João II estava em condições de prosseguir na procura de Preste João, o que sem dúvida se tornara uma espécie de obsessão para ele. Embora tivessem apenas uma vaga idéia da situação desse reino, os portugueses sabiam que se localizava em alguma região para além do rio Nilo, então considerado pelos europeus cultos a fronteira entre a África propriamente dita e a Índia média. De início, esperavam chegar ao Preste João através dos rios Senegal, Gâmbia, Níger e Zaire (ou Congo), que haviam sido

sucessivamente tomados por afluentes ou braços do Nilo quando, pela primeira vez, as respectivas saídas para o mar foram encontradas. Cada descoberta significou uma desilusão completa para os descobridores; mas, ao progredirem ao longo da costa ocidental da África, rumo ao sul, a perspectiva de que esse continente pudesse ser circunavegado, e, assim, aberto um caminho marítimo para o reino do Preste João e para as Índias, tornou-se mais plausível. Foi também no reinado de dom João II que a procura do Preste João foi associada à procura das especiarias asiáticas (diferentes das africanas).

Dom João II tomou providências decisivas ao enviar expedições de reconhecimento cuidadosamente organizadas à procura do Preste João e das especiarias, por terra e por mar, em meados da década de 1480. A viagem marítima mais importante foi comandada por Bartolomeu Dias, que partiu de Lisboa em 1487. Ele foi o primeiro a dobrar o cabo da Boa Esperança, no início de 1488, e depois de navegar algum tempo para o norte, ao longo da costa meridional da África, voltou com a notícia de que o caminho marítimo para as Índias estava aberto. A maioria dos emissários enviados por terra parecia ter se perdido, mas um deles, um escudeiro que sabia falar árabe, chamado Pero de Covilhã, que partira de Lisboa no mesmo ano que Bartolomeu Dias, havia atingido a costa ocidental da Índia em 1488. Visitou o golfo Pérsico e a costa suauí da África Oriental, chegando, provavelmente, até Sofala. Essa viagem aventureira, que durou mais de dois anos, lhe deu uma boa noção acerca do comércio do oceano Índico em geral, e do comércio de especiarias em particular. Durante a viagem de volta a Portugal, no fim de 1490, encontrou no Cairo um mensageiro do rei, que lhe deu ordens para que continuasse até o reino do Preste João, que naquela ocasião estava sendo localizado nas montanhas da Abissínia. Pero de Covilhã obedeceu, e, do Cairo, enviou ao rei um relato detalhado de todas as coisas que viu. Foi recebido com honras pelo imperador da Etiópia, ou negus da Abissínia, mas não lhe concederam permissão para sair do país. Deram-lhe uma mulher e terras, e o retiveram lá até à morte, cerca de trinta anos mais tarde.

Não se sabe ao certo se o relatório de Pero de Covilhã, de 1490-1, algum dia chegou a Portugal, pois as provas sobre esse assunto são controversas. Se chegou, dom João teve à sua disposição o primeiro relato sobre o comércio de especiarias no oceano Índico, o que ajudaria a explicar o motivo da ordem dada a Vasco da Gama para que se dirigisse a Calicute (naquela época o en-

treposto indiano mais importante do comércio de especiarias) quando de sua viagem à Índia, sete anos mais tarde. Por outro lado, Vasco da Gama e seus homens ficaram muito surpresos com o alto nível de civilização atingido pelas cidades-Estados suailis de Moçambique, Mombaça e Melinde, as quais visitaram em sua viagem épica; ora, se o relatório de Covilhã tivesse chegado a Lisboa, os portugueses teriam amplas informações sobre esses lugares. Do mesmo modo, Vasco da Gama, quando chegou a Calicute, não sabia distinguir os templos hindus das igrejas cristãs, o que sem dúvida Covilhã deveria saber — e ter informado no relatório — depois de suas prolongadas visitas aos postos comerciais de Malabar. Por fim, Vasco da Gama levava presentes sem nenhum valor para o senhor de Calicute, e mercadorias menos adequadas — tecidos, utensílios de latão, contas e coisas do gênero — para serem trocadas pela pimenta e pelas outras especiarias que procurava; Covilhã por certo teria contado que as especiarias só poderiam ser trocadas por ouro e prata em espécie.

Não se sabe se o rei de Portugal recebeu ou não o relatório de Covilhã, mas é certo que só na década de 1480 é que os portugueses passaram a se interessar seriamente pela possibilidade de controlar o comércio asiático de especiarias na própria fonte, ou ao menos perto desta. Até então, haviam suprido sua necessidade relativamente modesta de especiarias asiáticas com as que conseguiram (como os outros europeus) por intermédio dos venezianos, que compravam dos comerciantes muçulmanos do império mameluco do Egito e da Síria. Dispomos de informações insuficientes sobre os preços dessas especiarias na segunda metade do século xv para podermos saber exatamente quando e por que dom João II concebeu o plano de quebrar o monopólio veneziano-mameluco do comércio de especiarias. O fato é que o fez. As instruções dadas a Pero de Covilhã em 1487 e a Vasco da Gama em 1497 são uma prova clara desse plano. Parece provável que o rei, uma vez convencido de que seria possível descobrir o caminho marítimo para a Índia, naturalmente tenha considerado a possibilidade de desviar pelo menos parte do comércio de especiarias asiáticas das rotas terrestres anteriores para o oceano Atlântico, mais ou menos da mesma maneira que o comércio do ouro da Guiné fora, em grande parte, desviado dos camelos do Saara para as caravelas de São Jorge da Mina.

Qualquer que tenha sido o modo segundo o qual isso ocorreu, as palavras do “discurso da obediência” com que o enviado português Vasco Fernandes de Lucena se dirigiu ao papa, em dezembro de 1485, mostravam que dom

João II já nessa ocasião, antes da viagem de Bartolomeu Dias e da jornada de Pero de Covilhã, estava convencido de que a abertura do caminho marítimo para a Índia estava virtualmente assegurada num futuro muito próximo. Nesse discurso, o enviado informava ao papa, em nome de seu senhor, que se esperava que os navios portugueses entrassem em breve no Índico e estabelecessem contato com Preste João e outros reis ou povos cristãos que, era o que se acreditava, por certo deveriam existir nessas regiões sabidamente muito pouco conhecidas (*obscurissima fama*). Não foi feita referência às especiarias, o que era natural; mesmo que dom João II já estivesse planejando o ataque ao monopólio mameluco-veneziano, teria sido rematada insensatez mencioná-lo durante uma audiência papal bastante apregoada em Roma.

O interesse de longa data de dom João II em Preste João e seu recente interesse nas especiarias da Ásia foram herdados por seu sucessor, dom Manuel I. Quando Vasco da Gama partiu para a sua famosa viagem de julho de 1497, levava credenciais dirigidas ao Preste João e ao rajá de Calicute, assim como amostras de especiarias, ouro e aljófar. Tinha ordens de mostrá-las aos habitantes de todos os lugares desconhecidos que pudesse visitar ao longo da costa da África, na esperança de que esses povos reconhecessem as preciosidades e indicassem, por meio de sinais ou de intérpretes, onde elas poderiam ser encontradas.

A viagem de Vasco da Gama somente teve início nove anos após Bartolomeu Dias ter regressado a Lisboa com a notícia de que havia dobrado o cabo da Boa Esperança. Nesse ínterim, Colombo voltara de sua histórica viagem, em março de 1493, com a pretensão de ter descoberto algumas ilhas na orla da Ásia Oriental; dom João II morreu em 1495. Esses dois acontecimentos, porém, não explicam a demora em repetir a extraordinária viagem de Bartolomeu Dias, sobretudo se nos lembrarmos de que em 1485 o rei informou publicamente ao papa que seus navios estavam prestes a descobrir o caminho marítimo para a Índia. Os historiadores têm proposto diversas explicações para essa demora, como a reviravolta no curso dos acontecimentos no Marrocos, a morte do filho e herdeiro de dom João II, em julho de 1491, e a subsequente doença do rei. Alguns conselheiros reais eram abertamente contrários ao prosseguimento do projeto de descoberta da Índia, argumentando que os recursos econômicos e demográficos eram demasiadamente limitados para que um país tão pequeno explorasse uma região tão extensa e distante. Acre-

ditavam que seria melhor incrementar os negócios de ouro e escravos, já existentes e altamente lucrativos, na África Ocidental, e abandonar o restante.

Todos esses motivos, ou qualquer um deles, podem ter afetado, de alguma maneira, dom João II; mas ele não era homem para se deixar dissuadir por muito tempo de realizar aquilo que já tivesse decidido. É mais plausível supor que, nesse período, os portugueses estivessem empreendendo viagens secretas a fim de se familiarizar com as condições de navegação daquela região e encontrar uma rota mais eficiente para dobrar o cabo da Boa Esperança do que a seguida por Bartolomeu Dias, que desceu a costa sudoeste da África lutando contra os ventos alísios de sudeste. Isso explicaria por que Vasco da Gama seguiu a rota que de fato seguiu, e que foi, de modo geral, a que os navios portugueses da Carreira da Índia com destino ao Oriente seguiram, durante séculos. Consistia em cruzar o equador no meridiano de Cabo Verde e apanhar os ventos constantes de oeste depois de dobrar para o sudeste na zona dos ventos variáveis do trópico de Capricórnio. Essa rota era completamente diferente do curso seguido por Bartolomeu Dias em sua viagem de ida, em 1487, e só pode ter sido desenvolvida, podemos supor, a partir da experiência adquirida em outras viagens de que não temos registro.

Não é necessário repetir a história tantas vezes contada da famosa viagem de Vasco da Gama de 1497 a 1499. O que interessa salientar é que, embora não saibamos ao certo os motivos originais que impulsionaram as primeiras viagens de descobrimento dos portugueses, temos conhecimento de que, em 1460, ano da morte do infante dom Henrique, elas eram primordialmente inspiradas pela procura do Preste João e do ouro da Guiné, e que, durante o reinado de dom João II, esses motivos foram reforçados pela busca de especiarias. Muitos leitores sem dúvida conhecerão a história, de veracidade garantida, segundo a qual o primeiro homem da tripulação de Vasco da Gama que chegou a Calicute foi imediatamente abordado por dois tunisianos que falavam espanhol. Estes lhe perguntaram: "Que diabo os trouxe aqui?", e o homem respondeu: "Viemos em busca de cristãos e especiarias". É igualmente significativo que, alguns dias depois do regresso do primeiro dos navios de Vasco da Gama ao Tejo, em julho de 1499, o rei dom Manuel tenha escrito uma carta jubilosa a Fernando e Isabel, reis de Aragão e Castela, anunciando-lhes que os descobridores haviam alcançado sua meta e encontrado enormes quantidades de cravo, canela e outras especiarias, além de "rubis e toda espé-

cie de pedras preciosas". O rei afirmava ainda, com exagero evidente, "que também haviam encontrado terras onde há minas de ouro". Mais adiante, anunciou a intenção de continuar essa viagem de descoberta e tomar à força aos muçulmanos o controle do comércio de especiarias no Índico, com a ajuda dos recém-descobertos "cristãos" indianos. Desse modo, o monopólio veneziano-muçulmano, até então em vigor, do comércio levantino de especiarias e de mercadorias de luxo asiáticas seria substituído pelo monopólio português, exercido pela via marítima que contornava o cabo da Boa Esperança. Algumas semanas mais tarde, em carta ao cardeal-protetor de Portugal, em Roma, o rei instava-o a obter do papa a confirmação das bulas e breves existentes, por meio dos quais tinham sido concedidos à Coroa de Portugal, perpetuamente, "a suzerania e o domínio" sobre todas aquelas terras recém-descobertas. Nessa carta a Roma, datada de 28 de agosto de 1499, o rei dom Manuel intitulava-se, *inter alia*, "Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia".

As palavras das cartas de dom Manuel aos soberanos espanhóis e ao papado, juntamente com a precipitada pretensão de soberania sobre o oceano Índico numa época em que não havia nem um navio português sequer naquela região, mostram claramente duas coisas. Primeiro, que ele estava determinado a estabelecer o controle português do comércio das especiarias asiáticas pela força das armas; segundo, que contava com a ajuda dos "cristãos" indianos amistosos (apesar de não rigidamente católicos romanos) para fazê-lo. Estava enganado quanto à segunda premissa, embora, afinal, tivessem estabelecido contato com o inacessível Preste João pouco antes da morte de dom Manuel. Entretanto, o atrativo dos lucros a serem obtidos com o projetado monopólio português de especiarias, e a crença de que seria possível encontrar aliados cristãos em terras que confinavam com o Índico, permitiram a dom Manuel vencer as hesitações de alguns de seus conselheiros e lançar o pequeno reino português na sua espetacular carreira de empreendimentos militantes na Ásia das monções.